

ADVOGADOS E SÓCIOS DA PLMJ

“Para investir em Moçambique é preciso conhecer primeiro o mercado”

Ainda há quem decida ir à aventura, mas nestes casos normalmente a aposta pode correr mal. Conhecer o mercado e os parceiros afiguram-se aspectos fulcrais, diz ao Negócios o advogado Tomás Timbane



JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Reconhecem que a conjuntura política, a par da criminalidade noticiada - como os casos de rapto - pode criar alguma intranquilidade entre quem está no terreno, em Moçambique. Mas quer o advogado e actual bastonário moçambicano Tomás Timbane, quer Nuno Morais Sarmento - ambos sócios de PLMJ - optam nesta conversa com o Negócios por desvalorizar a situação. Preferem evidenciar as oportunidades que o país oferece aos investidores, mas também deixam um alerta: quem for deve estudar bem o mercado e encontrar parceiros locais.

A situação de instabilidade política que se vive em Moçambique, a par de alguns fenómenos de criminalidade, como é o caso dos raptos relatados pela comunicação social, de que forma se tem reflectido no mundo dos negócios?

Tomás Timbane (TT) - Quando falamos de negócios, acima de tudo falamos de pessoas. Situações como as que estão a acontecer, como é natural, criam algum desconforto nas pessoas. É verdade que há alguma

intranquilidade política, mas também existe uma expectativa muito grande, quer dos empresários, quer dos moçambicanos, de que se trata de uma situação passageira.

Nuno Morais Sarmento (NMS) - Devemos aliás separar o que são as situações de criminalidade, muito concentrada em Maputo, e que tem envolvido alguns raptos, daquilo que é a tensão e o conflito político entre a Frelimo e a Renamo.

Qualquer das situações é preocupante. Ou não?

NMS - Em relação aos raptos, mesmo naquele que foi o pico da situação, dizia-me um responsável policial aqui há uns dias, que estes foram muito menos do que aqueles que ocorrem em Portugal - e Portugal é um país tranquilo. Há um empolamento dos casos. Trata-se de situações com mais impacto externo do que interno.

Quanto à situação de instabilidade política, não está a afectar o funcionamento das empresas estrangeiras, nomeadamente portuguesas?

NMS - A situação de instabilidade política é geograficamente localiza-

da. Quem vive em Moçambique - que é um país enorme -, sejam moçambicanos ou estrangeiros, pura e simplesmente não está preocupado com o conflito político da Renamo e da Frelimo.

Ainda assim, face a essa conjuntura, ainda que localizada, no apoio jurídico que asseguram, perceberam ou não algum retraimento de investidores estrangeiros interessados em apostar em Moçambique?

TT - Enquanto advogados não temos estado a sentir um abrandamento do investimento estrangeiro, nomeadamente português, por causa desta situação de alguma instabilidade. As pessoas continuam a procurar-nos. Continuam a querer saber como é que se fazem negócios em Moçambique. Não sei, num futuro próximo, a procura de serviços jurídicos vai abrandar, mas até este momento não o estamos a sentir.

O que é importante que um empresário português saiba e faça, quando quer investir num país como Moçambique? Que recomendações é que um advogado lhes dá?

TT - O conselho que nós começa-

Enquanto advogados [em Moçambique] não temos sentido abrandamento do investimento estrangeiro, nomeadamente português, por causa desta situação de instabilidade.

TOMÁS TIMBANE
Sócio da PLMJ

mos por dar às pessoas é que têm de conhecer primeiro o mercado e os parceiros para poderem investir em Moçambique. Por outro lado, os empresários portugueses têm de perceber que quando investem neste país também lá vão encontrar pessoas que têm expectativas de progredir na vida. O pressuposto com que devem chegar é que têm de contribuir para a formação de capital humano em Moçambique.

A realidade não tem sido essa?

TT - A experiência que tenho é que não tem havido grande preocupação relativamente a este aspecto. Como é evidente, tal pode constituir um choque entre os moçambicanos e os portugueses. A nossa lei de trabalho diz que os trabalhadores estrangeiros têm de contribuir para a formação dos trabalhadores moçambicanos. Mas a verdade é que não tem havido muito esta preocupação por parte das empresas e trabalhadores estrangeiros.

Referiu a importância do conhecimento do mercado. Há quem decida ir à aventura?

TT - Muitas vezes as pessoas vão

Bruno Simão



Portugal pode abrir África lusófona a mais países europeus

Uma sociedade é portuguesa e a outra moçambicana, mantêm uma parceria e dão apoio aos clientes cá e no país africano

Qual a ligação existente, no âmbito do chamado Moçambique Desk, entre a PLMJ e a sociedade de advogados moçambicana GLM, liderada por Tomás Timbane?

Nuno Morais Sarmento (NMS) - A relação destas duas sociedades no âmbito do Moçambique Desk decorre de uma parceria que procura que os clientes de PLMJ encontrem, por via desta ligação, uma plataforma de prestação de serviços jurídicos em Moçambique que seja relacionada com a plataforma de prestação de serviços jurídicos que conhecem em Portugal. Que os advogados, não sendo os mesmos, sejam profissionais que estão habituados a trabalhar em conjunto e que, portanto, lhes garantem continuidade de serviços jurídicos.

Não existe um movimento em sentido inverso? De prestação de serviços a possíveis clientes moçambicanos?

NMS - Não há, para já, um movimento de clientes moçambicanos, do Dr. Tomás Timbane, para Portugal. Não temos ainda um número significativo de investidores moçambicanos a externalizarem para Portugal, mas essa é uma fase que esperamos que chegue.

Não há um movimento de clientes em moldes semelhantes, por exemplo, aos de Angola. Tal provavelmente explica-se pela situação que caracteriza as economias dos dois países. A angolana talvez esteja mais desenvolvida. Será?

NMS - Se analisar o conjunto da economia moçambicana e da economia angolana, se calhar não encontrará grandes diferenças. O que tem relativamente a Angola é já alguns grupos ou empresários com uma capacidade financeira diferente daquela que encontramos nos grupos e empresários moçambicanos. Mas isso tenderá a acontecer. Nesta altura, a relação da sociedade moçambicana com a sociedade portuguesa, no sentido Moçambique-Portugal, é muito mais para clientes internacionais, que pela natureza das operações precisam de um apoio que muitas vezes tem de ser simultâneo em Moçambique e em Portugal.

Está a falar de que tipo de situações? Se falarmos de operações que

Muitas vezes é preciso alinhar o trabalho prestado em Moçambique com regras do Direito português.

NUNO MORAIS SARMENTO
Sócio da PLMJ

envolvam bancos portugueses ou grandes empresas portuguesas, embora estejam a ocorrer em Moçambique não podem ignorar as regras jurídicas a que esses mesmos operadores estão sujeitos no seu país de origem. Portanto é preciso alinhar o trabalho prestado em Moçambique muitas vezes com regras jurídicas do Direito português.

Diz-se muitas vezes que Portugal pode funcionar como porta de entrada do investimento europeu nos países da comunidade lusófona. Como pode uma sociedade de advogados portuguesa funcionar como facilitadora no investimento?

NMS - Quando em 2000 avançamos para a internacionalização dos nossos serviços, posicionámo-nos para procurarmos ser facilitadores. Portugal é um país pequeno, não é seguramente pela dimensão dos interesses portugueses que tal se justificaria, mas sim enquanto facilitadores na relação entre os países de língua portuguesa e, principalmente, na relação entre os estados lusófonos e os países do continente em que estamos. Qualquer empresa de um país europeu irá sentir-se mais segura no momento de arranque, se estiver envolvido com outro país europeu que conheça o mercado de destino. Para alemães, franceses e espanhóis, por exemplo, a experiência que têm em Moçambique é muito reduzida. Portanto, aqui faz sentido e é muito frequente empresas desses países procurarem o envolvimento de empresas portuguesas para facilitarem o processo de entrada. Nesses casos procuramos ser facilitadores.

para Moçambique sem conhecer o país, porque estão desesperadas ou porque conhecem um amigo que teve sucesso.

Há casos de pessoas que vos chegam ao escritório para tentar remediar negócios que tenham corrido menos bem?

TT - Sim, sim. É evidente que essas pessoas fazem depois uma má publicidade de Moçambique, porque como é evidente quando chegam lá as coisas não vão correr bem.

NMS - As pessoas que têm problemas em Portugal e que vão para Angola ou para Moçambique a achar que vão resolver os problemas que têm cá, vão a caminho do engano. Não é assim que as coisas funcionam. Esse tipo de reacção não faz sentido.

Em que situações faz sentido apostar nestes mercados?

NMS - Faz sentido quando as empresas ou empresários, operadores portugueses, querem externalizar a sua actividade, porque o mercado aqui está curto. Nas diferentes áreas de actividade, fazem sentido as apostas que são feitas para marcar

presença em mercados que estejam mais activos. Essa é a forma correcta de actuar.

Há muitas situações em que tal não sucede?

NMS - Há muitas situações destas. Quer em Moçambique, quer em Angola, o que prejudica quer a relação entre os países, quer o caminho daqueles que estão a trabalhar bem em Angola e em Moçambique.

Fora o carvão e o gás, que são áreas ocupadas pelas grandes multinacionais, que sectores podem acolher o investimento português?

TT - Há algumas grandes empresas portuguesas também envolvidas nesses grandes projectos. Em todo o caso, temos assegurado muita assessoria jurídica a pequenas e médias empresas portuguesas que prestam serviços às grandes empresas que estão instaladas em Moçambique. Estamos a falar da área logística, em que Portugal tem uma experiência interessante. Temos as áreas das infraestruturas, a área imobiliária... Há uma série de sectores em que o investidor português pode desempenhar um papel muito importante.

As pessoas que têm problemas em Portugal e que vão para Angola ou para Moçambique a achar que vão resolver os problemas que têm cá, vão a caminho do engano.

NUNO MORAIS SARMENTO
Sócio da PLMJ

18-12-2013

Sócios da PLMJ explicam o que é preciso para investir em Moçambique Lex 24 e 25

18-12-2013



**Nuno Morais
Sarmiento**

“Portugal
pode abrir a
África lusófona
a mais países
europeus”

Lex 24 e 25